

Nota acerca da *causalidade* em Hume

Carlos Jacinto Motta

PUC-SP

E-mail: cjmotta@gmail.com

“We infer a cause immediately from its effect; and this inference is not only a true species of reasoning but the strongest of all other...”¹

David Hume

David Hume é bastante conhecido nos círculos filosóficos em razão dos resultados céticos que sua filosofia apresenta na obra *A Treatise of Human Nature*. Sua mais contundente contribuição à história da filosofia diz respeito à demolição da velha crença de que a ideia de causalidade era inata a nós e funcionava como fundamento para as inferências acerca da existência e do comportamento dos diversos seres que compõem o universo. Muitos pensadores de renome viram esta crítica humeana como um impedimento para toda e qualquer tentativa de construção de conhecimento científico racionalmente fundamentado.

A razão para tamanho pessimismo reside no fato de que há um certo consenso entre os epistemólogos acerca do impacto das ideias de Hume sobre o ideal de racionalidade esperado nas ciências. Seu ceticismo havia transformado de uma vez por todas a certeza dos conhecimentos logicamente necessários em mera crença psicológica injustificada. Como segundo Hume o que quer que conheçamos, ou melhor, todo e

¹ “Inferimos imediatamente uma causa de seu efeito; e esta inferência não é apenas uma verdadeira espécie de raciocínio, mas é o mais forte de todos”. *A Treatise of Human Nature*, livro 1, parte 3, seção 7, § 5 (nota).

qualquer conteúdo de nosso entendimento, deve ter sua origem comprovada na experiência ou deverá ser declarado falso, e sabendo que nada na experiência é capaz de nos informar acerca das relações causais entre dois objetos ou eventos, o resultado a que somos levados é que a ideia de *causalidade* é falsa, uma mera ficção de nosso entendimento. Mas, a ideia de inferência causal, ou *causação*, é verdadeira e solidamente estabelecida por meio da experiência, hábito e conjunção constante. Vejamos a seguir como Hume chega a esta tão surpreendente conclusão.

Para iniciar a discussão convém tratarmos da terminologia que envolve o assunto. David Hume utiliza, quando fala sobre relações causais, o termo *causation* (palavra inglesa que significa *causação*) e não o termo *causality* (termo utilizado na língua inglesa para falar *causalidade*). A diferença entre as duas palavras pode ser explicada pela implicação de *causality* com a lei de causalidade (ou princípio da razão suficiente) que declara que para todo objeto ou evento do universo há uma causa conhecível, acessível à nossa capacidade cognitiva. Os seres possuiriam, então, qualidades causais. Tais qualidades causais, junto com a aceitação tácita de um princípio de regularidade da natureza permitem as inferências de causa para efeito e de efeito para causa, além de permitir também predições acerca de eventos futuros.

Hume assevera que não há qualquer poder causal que possa ser descoberto mediante a simples observação de um objeto. À primeira vista nenhum homem seria capaz de saber que a água poderia sufocá-lo ou o fogo consumi-lo; somente a experiência pode nos informar sobre relações entre dois objetos distintos. Assim, o empirismo de Hume não admite a possibilidade de falar sobre qualidades, poderes ou leis causais, restando apenas a possibilidade de falar sobre as relações na quais podemos chamar um objeto de *causa* e outro de *efeito*. É a essas relações estabelecidas que Hume dá o nome de *causation* (*causação*) e a ferramenta do entendimento a ser utilizada para a investigação das relações causais Hume chama de *inferência causal*.

Infelizmente as traduções dos textos de Hume e de seus principais comentadores para o português tem pecado em dois aspectos muito significativos; muitos traduzem a palavra *causation* por *causalidade* e a expressão *inference from cause to effects* por inferência *indutiva*. Apenas a título de exemplo, a tradução brasileira da principal obra de Hume, *A Treatise of Human Nature*, realizada por Déborah Danowsky e publicada em 2000, apresenta a tradução de *causation* como *causalidade* em todos os quase duzentos

trechos em que Hume utiliza a palavra, dando margem a muitos mal-entendidos acerca das discussões e críticas humeanas².

O segundo equívoco frequente, e muito mais impactante, reside na consideração de que a inferência causal humeana significa inferência indutiva. Como as inferências causais não são racionais, segundo Hume, conclui-se que nenhuma inferência indutiva possui justificção racional, ou lógica. Apesar da incontestável verdade de tal conclusão, o problema lógico da indução tem sido erroneamente chamado de Problema de Hume, atribuindo a ele a paternidade da descoberta do maior problema epistemológico da história da filosofia. Mas, como uma simples leitura de seus textos, Hume não faz uso da palavra indução em qualquer momento de suas reflexões sobre o entendimento e o conhecimento.

O caminho seguido por Hume e seus consequentes resultados tornam impossíveis quaisquer tentativas de se seguir adiante: todo raciocínio indutivo carece de suporte racional, conforme já indicamos acima. Também não foi possível, até agora, refutar a crítica humeana de forma consistente o suficiente para convencer igualmente todos os que tratam do assunto. Na visão de muitos, estamos mergulhados em um “mar de irracionalidade” quando se trata de conhecimento factual e a filosofia de Hume é considerada a fonte maior da crítica epistemológica. Para tornar clara a crítica realizada por Hume às inferências de causa e efeito vejamos como tais inferências são realizadas e quais elementos nelas estão envolvidos.

Segundo o princípio da cópia, de Hume, todo conteúdo de nosso entendimento se resume a impressões e ideias, e as ideias são cópias das impressões e o que atestam sua verdade. Como a imaginação possui total autoridade sobre nossas ideias, podendo compor e decompor essas ideias de acordo com as diferenças ou semelhanças que possam ser encontradas, segue-se que os princípios de associação por *semelhança*, *contiguidade* e *causação* servem para dar unidade a nossos pensamentos mantendo ideias unidas e fazendo com que uma introduza naturalmente uma outra a ela relacionada. Esta unidade entre nossas ideias é o resultado de “um laço ou união entre certas ideias particulares, que

² A fim de se fazer justiça, quando da segunda edição (2009) desta tradução o termo foi trocado e todas as ocorrências da palavra *causalidade* foram substituídas por *causação*, mesmo aquelas em que no original em inglês constava *causality*, dando margens a outros mal-entendidos, pois neste caso a tradução correta é mesmo *causalidade*. Cf. HUME, David. *Tratado da natureza humana*. (Tradução de Déborah Danowski) São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial do Estado, 2001.

faz que a mente as reúna mais frequentemente, e que uma delas, ao aparecer, introduza a outra” (HUME, 1995, § 35).

Nas relações de associação por semelhança e contiguidade a mente nada mais faz que comparar duas ideias ou impressões entre si. Entretanto, na associação por causação a mente é capaz de transitar de um objeto presente para uma ideia ausente ou de uma ideia presente para outra ideia ausente. Conseqüentemente, é somente através da *causação* que podemos fazer qualquer *inferência* a partir do que nos é dado por meio de nossas percepções, antecipando um acontecimento por meio de outro acontecimento já ocorrido ou nos assegurando da identidade numérica de um objeto. Isto é o que afirma esta passagem: “apenas a causação produz uma conexão capaz de nos proporcionar uma convicção sobre a existência ou ação de um objeto que foi seguido ou precedido por outra existência ou ação” (HUME, 2009, p. 102).

A causação atua na conexão de ideias ou entre percepções e ideias e é também responsável pela produção da crença na relação estabelecida. Além da ligação ser irresistível, há também a transferência de vivacidade de uma impressão ou ideias da memória para a ideia a ela conectada por causação, e é esta vivacidade que recebe o nome de crença.

O resultado desta exposição é que o conhecimento da ideia de causa é oriundo apenas da experiência. Mesmo a inferência envolvida nesta relação depende exclusivamente da experiência:

Em todos os casos com base nos quais constatamos a conjunção entre causas e efeitos particulares, tanto a causa como o efeito foram percebidos pelos sentidos, e são recordados. Mas em todos os casos em que **raciocinamos** a seu respeito, apenas um é percebido ou lembrado, enquanto o outro é suprido em conformidade com nossa **experiência** passada (Hume, 2009, p. 116 – grifo nosso).

Podemos notar, assim, que sempre obtemos a causação (particular) por meio da percepção dos dois objetos, mas só raciocinamos por meio de um dos objetos envolvidos na relação – por isso o título da seção 6: “*Da inferência da impressão à*

ideia”. Quando nós experimentamos, no passado, que objetos ou eventos estão em contiguidade e sucessão regular, em que ambos são apresentados aos sentidos, obtemos a disposição da mente a passar da impressão, ou da ideia de um à ideia do outro. Quando estamos de posse ou da impressão ou da ideia, da memória³, de um, nossa mente transita para a ideia do outro, desde que no passado estivessem em contiguidade e sucessão. É justamente assim que o raciocínio causal ultrapassa o observado e nos leva a objetos que ainda não estão presentes aos nossos sentidos, mas que são semelhantes a objetos já percebidos antes.

Mas Hume argumenta que, como estas operações do raciocínio causal estão fundamentadas apenas na constatação de uma *conjunção constante* entre os objetos chamados causas e os objetos chamados efeito, deve-se tentar descobrir se a experiência produz esta ideia por meio do entendimento ou da imaginação; ou ainda, se é a razão que nos determina a fazer esta inferência ou é *uma certa associação ou relação entre as percepções* (Hume, 2009, p. 117-118). Ora, se a razão fosse a responsável por estas inferências, seu procedimento implicaria a suposição de que “os casos de que não tivemos experiência devem se assemelhar aos casos de que tivemos experiência”, ou na suposição de que “o curso da natureza continua sempre o mesmo” (Idem). Esta proposição, conhecida como *princípio da uniformidade da natureza*, não encontra fundamento em qualquer experiência e nem pode ser considerada uma proposição analítica, chamada de *relações de ideias*. Logo, resulta ser mais uma ficção do nosso entendimento:

Assim, não apenas nossa razão nos falha na descoberta da conexão última entre causas e efeitos, mas, mesmo após a experiência ter-nos informado de sua *conjunção constante*, é impossível nos convenceremos, pela razão, de que deveríamos estender essa experiência para além dos casos particulares que pudemos observar. Nós supomos, mas nunca conseguimos provar, que deve haver uma semelhança entre os objetos de que tivemos experiência e os que estão além do alcance de nossas descobertas (Hume, 2009, p. 120).

³ Neste caso específico, Hume equipara ideia da memória com impressão ao afirmar que são “um objeto presente”, no raciocínio causal.

Não havendo impressões das quais resultariam a ideia de causação ou ideia do princípio da regularidade da natureza, Hume conclui que sua causa somente poderá ser atribuída ao hábito ou costume:

Se as ideias não fossem mais unidas na fantasia [ou imaginação] do que os objetos parecem ser no entendimento, nunca poderíamos realizar uma inferência das causas aos efeitos, nem depositar nossa crença em qualquer questão de fato. A inferência, portanto, depende unicamente da união das ideias (Hume, 2009, p. 121).

Finalizando esta breve exposição, destacamos que segundo o empirismo de Hume, todo raciocínio acerca das questões de fato ou de existência, ou seja, sobre nosso conhecimento do mundo, nada mais é que uma espécie de sensação, e não uma operação de nossa razão realizada segundo sólidos fundamentos lógicos:

Os objetos não possuem entre si nenhuma conexão que se possa descobrir; e nenhum outro princípio senão o **costume**, operando sobre a imaginação, permite-nos fazer uma inferência da aparição de um à existência de outro (Hume, 2009, p. 133 – grifo nosso).

Referências

HUME, David (2001). *Tratado da natureza humana*. (Tradução de Déborah Danowski) São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial do Estado.

_____. (2002) *A Treatise of Human Nature*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (1999) *An Enquiry concerning Human Understanding Treatise*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (1995) *Resumo de um Tratado da Natureza Humana*. Porto Alegre: Edições Paraula, ed. Bilíngüe,

Recebido em 11/04/2013.

Aprovado em 19/05/2013.